

ESBOÇO CRÍTICO DA PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL

Ingridy Lammonikelly da Silva Lima

Universidade Federal da Paraíba/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social –
e-mail: ingridylima17@gmail.com

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida

Universidade Federal da Paraíba/Programa de Pós-Graduação em Serviço Social –
e-mail: blfalmeida@uol.com.br

Resumo: Os Programas de Pós-Graduação brasileiros constituem-se, atualmente, como um dos maiores campos de sistematização da produção do conhecimento. Concentram-se pesquisas nas mais diversas áreas, dissertações e teses que poderão transformar em patentes, livros, capítulos e artigos, o que contribui para o desenvolvimento científico e tecnológico, além do social, político e econômico do país. Os primeiros Programas de Pós-Graduação no Brasil datam dos anos de 1930, no entanto, foi apenas a partir dos anos de 1960, exatamente no ano de 1965, através do Parecer da Câmara de Ensino Superior de nº 977/65, conhecido como parecer Sucupira, que os Programas se institucionalizam, passando a ter legitimidade. A institucionalização era necessária para o desenvolvimento econômico do país, obedecendo a mesma lógica de implantação dos Programas de Pós-Graduação nos países latino-americanos, sobre a égide de um Estado autocrático burguês, que exigia o desenvolvimento de pesquisas que pudessem subsidiar os avanços da modernização capitalista. Diante do atual contexto brasileiro, permeado por uma crise política e econômica, a educação tem sido fortemente atacada, dentro do pacote de desmonte dos direitos sociais. Desse modo, compreender a Pós-Graduação em meio a esse contexto conjuntural se faz necessário, por considerar que se trata de um campo vasto de compartilhamento de experiências, pesquisas e projetos, além de aprimoramento e qualificação de pesquisadores e da produção de saberes. Em torno desse entendimento, a presente proposta tem como objeto de estudo a Pós-Graduação brasileira, objetivando a sua compreensão a partir dos desmontes sociais, ocasionados pela crise política e econômica. Propõe-se apresentar uma análise crítica da atual situação da Pós-Graduação, apontando tendências diante das inflexões do atual quadro histórico, no qual se situa o Brasil, na defesa e no entendimento de que é preciso garantir a produção a partir dos recursos públicos e sem perda de qualidade. Evidencia-se o método crítico dialético deste estudo investigativo que será realizado por meio de uma análise bibliográfica, bem como dos documentos, como as emendas Constitucionais e Projetos de Lei que tramitam em torno da Pós-Graduação brasileira.

Palavras-Chaves: Pós-Graduação. Crise. Conhecimento.

1- Introdução

Os Programas de Pós-Graduação brasileiros conformam-se, atualmente, como um dos maiores campos de sistematização da produção do conhecimento. Concentram-se pesquisas, projetos nas mais diversas áreas, dissertações e teses que geram patentes,

livros, capítulos de livros, artigos e outros produtos que contribuirão com a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico, social, político e econômico do país.

A Pós-Graduação brasileira é constituída por 4.177 programas, espalhados por todo país, com oferta de cursos de mestrado (acadêmico e profissional) e doutorado, que vem fomentando o crescimento e o fortalecimento da produção do conhecimento científica e tecnológica.

Institui-se como um amplo espaço de debates, devido à dualidade contraditória fundante da sociedade capitalista que se estrutura enquanto um campo de poder, inerente da disputa política entre o produtivismo utilitarista e a contribuição social à humanidade. A depender dos projetos políticos em disputa, esses embates podem fomentar o avanço da Pós-Graduação no direcionamento da construção do conhecimento crítico, com vistas a superar a sua concepção inicial, fundadora e ainda vigente, a qual se atrela aos interesses de exclusividade do capital, na medida em que visa o desenvolvimento, puramente, tecnológico e inovador da ciência.

Acresce-se que a Pós-graduação embasa os caminhos construídos pela educação, enquanto função formativa, que sustenta a pesquisa em solo brasileiro. É financiada prioritariamente pelo setor público, alicerçada, majoritariamente, em universidades públicas, sendo regida pela Política de Educação e suas instâncias representativas.

A conjuntura histórica em que se encontra o país, imerso em uma crise política e econômica sem precedentes, tem reverberado sobre a Pós-Graduação brasileira. Traduz-se em uma investida que permeia toda a sociedade, adentrando por todo sistema educacional, que atinge, sobretudo, a educação não mecanicista, voltada para a formação de sujeitos sociais críticos, alinhados à perspectiva do conhecimento como caminho para a emancipação política e humana. A investida a que se refere é forjada, pelo “novo” modelo de gestão do capitalismo, estruturada pela lógica neoliberal, transvestida pelo discurso de inovação tecnológica, de cariz pós-moderno.

Em torno dessa perspectiva analítica, o presente artigo objetiva apresentar um esboço crítico da Pós-Graduação no Brasil a partir das contemporâneas inflexões ocasionadas pela crise política e econômica brasileira, a qual vem acirrando, ainda mais, a precarização da pesquisa pública e com qualidade. Configura-se como uma pesquisa bibliográfica, documental, que se fundamenta na teoria social crítica, ancorada no materialismo histórico dialético, no intuito de se aproximar cada vez mais da essência dessa realidade, firmando estratégias de superação.

O estudo aqui exposto, sistematizado em termos de uma breve explanação sobre a Pós-Graduação brasileira, permite compreender o percurso histórico a partir dos seus limites; e realizar uma análise mais contemporânea a fim de levantar as possíveis tendências em curso sobre a égide da ofensiva capitalista.

2- DESENVOLVIMENTO

2.1 Um panorama contemporâneo da Pós-Graduação Brasileira

Compreender a atualidade do arcabouço político, econômico e social da Pós-Graduação brasileira exige o entendimento da sua funcionalidade para a sociedade capitalista e, especificamente, para a realidade do Brasil.

O marco histórico da criação dos Programas de Pós-Graduação brasileiros insere-se no lapso temporal em que o país esteve sob a governabilidade do regime autocrático burguês, iniciado em 1964, perdurando por vinte e um anos com “fim” da ditadura, em 1985.

As análises realizadas por Alves e Oliveira (2014) indicam que a formação da Pós-Graduação no Brasil vincula-se, historicamente, à Reforma do Ensino Superior em 1968, pela Lei nº 5540, a qual objetiva em sua essência a desmobilização política dos estudantes e a racionalização acadêmica, sob o cariz tecnicista e administrativo das Universidades.

É, portanto, neste cenário de reforma do ensino superior, que ocorre a constituição da pós-graduação, fazendo com que ela passe a ocupar papel importante na reconfiguração deste nível de ensino. A pós-graduação e a pesquisa passa a exercer uma centralidade significativa na materialização da reforma [...] (ALVES; OLIVEIRA, 2014, p. 359).

A Lei nº5540/1968 condensa um processo iniciado ainda em 1965, quando a Pós-Graduação é reconhecida pelo Parecer da Câmara de Ensino Superior, conhecido como Parecer Sucupira de nº 977/1965. Segundo esse Parecer, a Pós-Graduação brasileira estrutura-se com base no modelo norte americano, que formula a formação para além do nível profissional, dedicando-se à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

Para Alves e Oliveira (2014) não há unanimidade entre as influências fundadoras de a Pós-Graduação ser apenas norte-americanas, visto que estudos realizados por

Saviani (2008) apontam também para inspiração europeia na constituição do projeto de formação do sistema de pós-graduação no país.

Segundo o Parecer Sucupira, a instauração da Pós-Graduação no Brasil tem três motivos principais: a formação de professores, capacitados para a educação superior; o desenvolvimento da pesquisa e a qualificação dos pesquisadores; e a preparação de profissionais aptos para contribuir como o desenvolvimento nacional em todos os setores.

Não há dúvida que a formação da Pós-Graduação brasileira está intimamente relacionada à necessidade de desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, em um período que o capitalismo passa, mundialmente, por uma reconfiguração. A Pós-Graduação brasileira institui-se na realidade brasileira a partir da necessidade em desenvolver a pesquisa científica e, assim, formar pesquisadores aptos para alavancar a economia do país. Trata-se de uma forma organizada de produzir conhecimento a serviço do capital, de modo a legitimá-lo por meio de duas variações: 1) a criação científica de mecanismos tecnológicos para a modernização econômica do país e; 2) a produção ideológica de pensamentos subsidiários da ordem burguesa.

De acordo com Guerra (2011, p. 131), a Pós-Graduação teria a sua consolidação em 1970, com a expansão do processo de modernização conservadora “É na década de 70 do século passado, contexto que Florestan Fernandes nomeou como contrarrevolução preventiva, o período em que este modelo de pós-graduação ganha corpo e se expande”.

É nesse marco que é criado o primeiro Plano Nacional de Pós-Graduação (1975-1979) com o objetivo de expandir e regionalizar os Programas em nível nacional. Segundo Hostins (2006), as características desse plano são: a preocupação com a capacitação dos docentes e a vinculação dos Programas de Pós-graduação às Universidades Públicas, sobretudo, as de âmbito federal.

Atualmente, a Pós-graduação é regida pelo V Plano Nacional de Pós-Graduação, implementado em 2011 e com vigência até 2020. Em um panorama geral, é notório que a utilização dos Planos articula-se à necessidade de pensar, planejar e sistematizar os mecanismos de sustentação da Pós-graduação no Brasil.

Os Planos obedecem, claramente, a política econômica e social adotada pelos governos, por isso, pode-se asseverar, sem dúvida, a política ideológica que fundamenta o atual Plano deriva de um viés neoliberal, com expoentes tendências de desresponsabilização estatal e de incentivo ao setor privado, com implicações severas para a garantia de uma pós-graduação pública e de qualidade.

2.2 A crise política brasileira e as inflexões na Pós-Graduação

O Brasil vivencia reflexões da crise estrutural do capitalismo, de âmbito global, iniciada em 1970 e em curso até os dias atuais. Essa crise coloca para a humanidade uma série de transformações, necessárias para reestruturar o modelo acumulativo em suas mais variadas dimensões econômica, política, cultural e social.

A reorganização do capitalismo, a fim de assegurar a sua lucratividade, trata de formular um novo modelo acumulativo, baseado na produção flexível, desregulamenta o mundo do trabalho ao flexibilizar as relações sociais sob a égide do capitalismo financeiro.

Dentre as estratégias de enfrentamento da crise, o Estado é fortemente modificado com a destituição ou o enfraquecimento do *Welfare State* nos países desenvolvidos e a instauração do Estado mínimo nos países em desenvolvimento. Traduz-se na agenda neoliberal, apontada como caminho no pós-1970, de forma a minimizar as ações estatais, ao desviar suas funções para o mercado, proporcionando um desmonte desmedido nas Políticas Sociais.

Merece evidenciar que a reemersão de governos populistas na América Latina – como o caso do Brasil – adota a política neoliberal, aliada à perspectiva neodesenvolvimentista, abrandando os determinantes sociais, marcados pelos baixos níveis de pobreza mediante a implementação de programas assistenciais.

Os governos neodesenvolvimentistas são instaurados na gestão petista a partir dos oito anos dos dois mandatos de Lula (2003/2006 e 2007/2010), tendo continuidade no primeiro governo de Dilma Rousseff (2011/2014) e entrando em crise em seu segundo mandato inconcluso (2015/2016), em face do golpe parlamentar concretizado no processo de impeachment da presidenta eleita pelo voto popular.

No cenário de crise, com o aprofundamento da contradição capital X trabalho, o impeachment apresenta-se como solução para a contrarreforma necessária de modo a pôr fim à política de concessões instituída pelos governos do Partido dos Trabalhadores e assim, intensificar o projeto já em curso engendrado pela política neoliberal.

O governo formado pela base parlamentar de Michel Temer, instituída desde o processo do impeachment de Dilma Rousseff, passa aprovar as contrarreformas nos mais diversos âmbitos e na educação não seria diferente.

A deposição da Política de Educação não é uma exclusividade do governo interino de Temer, mas o agudizamento desse processo deve-se a necessidade de alinhar-se à política mundial, protagonizada pelos organismos internacionais, o que estava, até então, contido pelo neodesenvolvimentismo petista.

Partindo das ideias centrais da Contrarreforma do Estado, a Educação é considerada como atividade não exclusiva do Estado, o que possibilita e cria condições favoráveis para a intensificação dos processos de mercantilização e privatização em suas múltiplas formas. Assiste-se a um forte ranqueamento na educação, estimulado pelas premissas neoliberais como a competitividade e a individualidade, que a longo prazo podem contribuir para um processo de elitismo no acesso ao ensino superior da universidade pública. (RAMOS, 2017, p. 246).

Segundo Ramos (2017), o V Plano Nacional de Pós-Graduação imprime um direcionamento do sistema de Pós-Graduação para a produção de tecnologia e inovação a serviço do setor empresarial. A Educação torna-se cada vez mais mercadoria diante da captura do público pelo privado, alicerçada em um campo de demonização da Política educacional pública e universal.

O agravamento da crise na Educação repercute, nacionalmente, a partir de 2017, com a eclosão da crise das universidades públicas, devido ao corte no orçamento, resultante da aprovação da PEC 249/55, que congela os investimentos na Educação (e nas demais Políticas Sociais) por cerca de vinte anos.

Os cortes vinculam-se desde o orçamento próprio (destinado à manutenção, salários e investimento) das Universidades ao financiamento para concessões de bolsas de mestrado e/ou doutorado e o incentivo à iniciação científica em todo país.

Em entrevista ao site do semanário “Carta Capital”, em agosto de 2017, o Prof. Mario Neto Borges, presidente do Conselho Nacional de Pesquisa, demonstra preocupação quanto aos investimentos governamentais no incentivo à ciência e pesquisa no país. Ele afirma ainda que não é a primeira vez que se vive essa situação, em que o contingenciamento chega a 44% impedindo a injeção de 572 milhões de reais.

Em pesquisa realizada com reitores Universidades de todo país, Martins (2017) afirma que todas as 63 universidades públicas federais encontram-se em situação financeira precária. Segundo esse autor, além do Ministério da Educação não considerar a perda inflacionária de 2017, ainda determinou o gasto de apenas 45% do valor previsto para o orçamento, e 75% do orçamento está reservado para a manutenção das universidades.

A grave perda orçamentária fragiliza o tripé das funções básicas das Universidades, formado pelo Ensino (graduação e pós-graduação), Pesquisa e Extensão. A atual realidade da educação superior brasileira, expressada pela falta de orçamento público para exercer desde as atividades mais simples (como pagamento de água, luz, seguranças, etc.) até as atividades mais complexas, afeta o desenvolvimento direto da produção do conhecimento com qualidade.

Enquanto campo que adensa o conhecimento científico e tecnológico, os Programas de Pós-Graduação passam a enfrentar sérios problemas para o seu funcionamento. O corte financeiro das Universidades coíbe os investimentos diretos e indiretos na Pós-Graduação, que necessita de orçamento – além das concessões de bolsa – para custear a manutenção dos Programas em todo país, a exemplo: da editoração de periódicos, da publicação de livros, da promoção de eventos e outros tipos de divulgação da produção do conhecimento gerada.

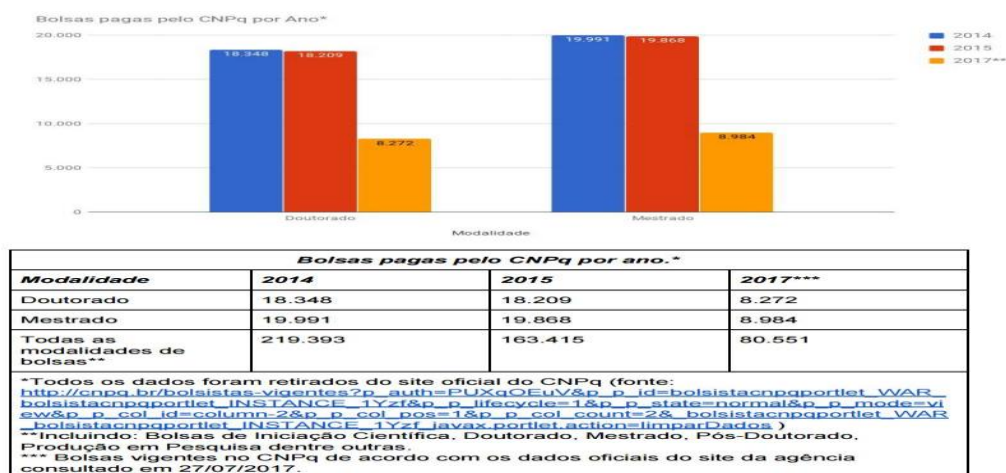
O orçamento destinado à Pós-Graduação em universidades públicas é regulamentado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), vinculado ao Ministério de Educação. A Capes é também o órgão responsável pela expansão, consolidação e avaliação da pós-graduação *stricto sensu* em todo país. Acresce-se que a Pós-graduação conta ainda com recursos financeiros do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), direcionados ao pagamento de bolsas no país e no exterior em nível de mestrado, doutorado e pós-doutorado, além de custear a editoração de livros e periódicos, sobretudo, dos pesquisadores e docentes dos Programas de Pós-graduação. Evidencia-se também a participação das Fundações de Pesquisa em nível estadual que financiam projetos de pesquisas de docentes da Pós-graduação e bolsas de Mestrado e Doutorado.

Segundo os dados publicados pela “Academia Brasileira de Ciência”, o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), cuja função principal consiste na Política nacional de pesquisa científica, tecnológica e inovação, recebeu apenas R\$ 440 milhões de reais de um total de R\$ 9,8 bilhões que foram descontingenciados pelo plano orçamentário do governo federal, ou seja, foi repassado apenas 20% do que era necessário para manter as atividades funcionando com a mínima qualidade. Como elucida nota do MCTIC:

O MCTIC esclarece que o valor de R\$ 440 milhões descontingenciados pela equipe econômica do governo federal será destinado, prioritariamente, ao pagamento de bolsistas, de maneira a evitar que impactos significativos venham a ser observados. Já os valores liberados do PAC deverão ser destinados às obras do novo laboratório de luz síncrotron, o Sirius, do Satélite SGDC e da RNP (Rede Nacional de Ensino e Pesquisa). O Ministério atua junto aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento pela recomposição orçamentária ainda em 2017. Trabalha também pelo cumprimento do orçamento para o ano de 2018 já que considera o papel da pesquisa científica, imprescindível para o desenvolvimento econômico e social de qualquer país, como demonstra a história. É importante ressaltar que os valores para 2018 ainda estão sendo discutidos e não há um detalhamento sobre cortes ou aumentos no orçamento da pasta. (MCTIC *apud* ESCOBAR, 2017, p.01).

Nesse contexto conjuntural, a situação da concessão de bolsas de estudos à Pós-graduação é de redução. Conforme a Associação Nacional de Pós-Graduação (2017), a perda significativa de bolsas de mestrado e doutorado é de 45% a menos de número das bolsas vigentes pelo CNPq, como mostra o Quadro a seguir.

Quadro 01: Bolsas pagas pelo CNPq por ano, 2017.



Fonte: Associação Nacional de Pós-Graduação¹.

A restrição orçamentária na concessão de bolsas demonstra a prioridade do atual governo federal, que claramente não é de sustentação de uma formação continuada para o desenvolvimento da pesquisa, com responsabilização do Estado. A última ofensiva foi a publicação do novo regulamento para bolsas no exterior, a Portaria nº 186, de 29 de Setembro de 2017, que retira o direito dos docentes com vínculos empregatícios a pleitear bolsas pela CAPES para financiamento de pós-doutorado no exterior.

¹ Disponível em: <http://www.anpg.org.br/cnpq-paga-45-menos-bolsas-de-mestrado-e-doutorado-em-2017-comparado-com-2015> (Acesso em 03 de Setembro de 2017)

Essa Portaria contraria o V Plano Nacional de Pós-Graduação que tem entre seus parâmetros avaliativos o processo de internacionalização, ao impossibilitar a concessão de bolsas de pós-doutorado sob a responsabilização estatal.

Ademais, os drásticos cortes financeiros na Pós-graduação não se restringem à diminuição das cotas das bolsas e o congelamento do valor das bolsas, mas, sobretudo, no Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP), destinado “[...] a proporcionar melhores condições para a formação de recursos humanos, a produção e o aprofundamento do conhecimento nos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, ministrados pelas Instituições de Ensino Superior Públicas [...]” . (BRASIL, MEC/Capes, 2010, p. 01). Os recursos direcionados ao PROAP sofreram um grave corte na ordem de 75%, o que significa o desmonte da Pós-graduação brasileira. Esse corte atinge, sobremaneira, a manutenção dos Periódicos, principais veículos de comunicação e divulgação da produção de conhecimento brasileira.

Merece evidenciar que o corte orçamentário não está ocorrendo apenas na Educação, faz parte de um plano maior de arrocho fiscal, com rebatimentos em todas as áreas de atuação do Estado, mediante o aprofundamento da lógica neoliberal de sucateamento do serviço público com vistas à abertura e liberação do mercado, em uma gestão privatista de acentuado cariz conservador, na qual a produção do conhecimento torna-se ameaçadora à ordem vigente.

ALGUMAS TENDÊNCIAS CONCLUSIVAS

Ao disposto do que foi apresentado neste sucinto estudo, o qual revela uma realidade que vem sendo publicizada e denunciada pelos setores críticos que formam a contra hegemonia na sociedade brasileira, permite indicar algumas tendências em curso que ameaçam a legitimidade do sistema de pós-graduação brasileira da Universidade Pública através da garantia do financiamento do Estado.

A restrição orçamentária na Educação Superior pública, que atinge os Programas de Pós-graduação em todo país, demonstra um objetivo maior que intenta o fim da formação continuada pública no Brasil, materializado pela PEC 395/2014², que foi ressuscitada e tem tramitado pelas instâncias federativas. O que está evidenciado é a

² Prevê a alteração do inciso IV do art. 206 da Constituição Federal, referente à gratuidade do ensino público em estabelecimento oficiais. Para maiores informações ver: <http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=611966> Acesso em: 10 de Setembro de 2017.

liberação do sistema de pós-graduação, em um modelo estratégico neoliberal, que vem sucateando o conjunto das Políticas Sociais, ancorado em um discurso de incapacidade administrativa governamental, o que não corresponde à realidade.

Por outro lado, assiste-se a concessão de altos investimentos públicos diretos ao setor privado, por meio do FIES, PROUNI, em nível de graduação. Em nível de Pós-graduação é notório a presença dos grandes setores industriais que passam a investir em pesquisas de modo direto com insumos financeiros, e, de modo indireto com materiais tecnológicos de grande porte.

Ao passo que o orçamento financeiro extingue-se, ao manter estritamente as atividades de ensino, elidem-se a extensão e pesquisa, atacando radicalmente o princípio da indissociabilidade do sistema universitário, expresso no Art. 207 da Constituição de 1988. Nesse processo, a área das ciências sociais e humanas torna-se a ponta de lança do processo de precarização. A tendência é investir cada vez mais em uma educação tecnicista, mecanizada, a serviço do capital.

O atual quadro contextual evidencia a ameaça conservadora sobre o pensamento crítico. Como exemplo, cita-se o movimento chamado “Escola Sem Partido” que expressa o conservadorismo em nível mais elevado, com caráter fascista e que tem chegado às instâncias representativas do Poder Legislativo por meio de Projeto de Lei.

Não há dúvida sobre a necessidade de resistir em defesa dos Direitos Sociais. Os cortes que não se restringem apenas a área de Educação, uma vez que se proporciona um verdadeiro desmonte, materializado na contenção das Políticas Sociais.

Enquanto resposta pública e organizativa, neste ano foi criado um movimento chamado “Conhecimento Sem Cortes”³, que objetiva intervir na redução orçamentária do governo federal para a ciência. Trata-se de um grupo de pesquisadores, formado por professores, estudantes e cientistas que têm se organizado politicamente através de ações que ultrapassam o campo cibernético e discutido ações concretas, as quais materializam por meio de petições e reuniões que articulam todas as regiões do país.

Decerto, a educação pública e crítica tem seus ônus, sobretudo para o atual modelo de sociedade em vigência, na qual a alienação é marca emblemática pela qual se sustenta. Nesse contexto, a defesa das Políticas Sociais deve ser contínua e sistemática, compreendendo a Educação e os Programas de Pós-graduação, como espaços de disputa política, econômica e social, necessários e insubstituíveis para se alcançar a

³ Para mais informações ver: “Conhecimentos Sem Cortes”. Disponível em: <http://www.conhecimentossemcortes.org.br> (Acesso em 18 de Setembro de 2017)

transformação social, em uma perspectiva que não se restringe apenas a emancipação política, mas em uma educação que contribua com a emancipação humana, o reconhecimento dos homens enquanto ser social.

REFERÊNCIAS

ALVES, M. F; OLIVEIRA, J. F. Pós-Graduação no Brasil: do Regime Militar aos dias atuais. *In: RBP*AE. V. 30, n. 2, p. 351-376, mai./ago. 2014.

CAPES. **Portaria nº 64, de 24 de março de 2010**. Regulamento do Programa de Apoio à Pós-Graduação (PROAP). Disponível em: www.capes.gov.br/.../7253-publicado-novo-regulamento-do-programa-de-apoio-a-pos-graduacao (Acesso em 27/11/17)

CAPES. **Portaria nº186, de 29 de Setembro de 2017**. Disponível em: <http://www.capes.gov.br/sala-de-imprensa/noticias/8585-publicado-novo-regulamento-para-bolsas-no-exterior> (Acesso em 18 de Setembro de 2017)

CARTA CAPITAL. **A ciência “é a primeira a ser cortada”**, diz presidente do CNPq. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/tecnologia/a-ciencia-e-a-primeira-a-ser-cortada-diz-presidente-do-cnpq> (Acesso em 03 de Setembro de 2017)

ESCOBAR, H. Ciência recebe só 20% do necessário e deve fechar 2017 no vermelho. *In: Academia Brasileira de Ciências*. Disponível em: <http://www.abc.org.br/centenario/?Ciencia-recebe-so-20-do-necessario-e-deve-fechar-2017-no-vermelho> (Acesso em 18 de Outubro de 2017)

GUERRA, Y. D. A Pós-Graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. *In: Temporalis*, Brasília (DF), ano 11, n.22, p.125-158, jul./dez. 2011.

MARTINS, R. As Universidades federais tentam sobreviver à asfixia financeira. *IN: Carta Capital*. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/as-universidades-federais-tentam-sobreviver-a-asfixia-financeira> (Acesso em 03 de Setembro de 2017)

JINKINGS, Ivana. **Por Que Gritamos Golpe?** Para entender o impeachment e a crise política no Brasil. São Paulo: BOITEMPO, 2016. (Coleção Tinta Vermelha.)

RAMOS, A. Pós-graduação, construção de curso e conjuntura brasileira: breves reflexões. *In: Kátalysis*, Florianópolis, v.20, n.2, p. 245-252, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rk/v20n2/1414-4980-rk-20-02-00245.pdf> (Acesso em 18 de Outubro de 2017)